

NOTAS SOBRE BIOPOLÍTICA: ORGANICISMO E POLITICISMO ANTECEDENTES A MICHEL FOUCAULT

NOTES ON THE BIOPOLITICS: ORGANICISM AND
POLITICISM PREVIOUS TO MICHEL FOUCAULT

Felipe Sampaio de Freitas ¹
Roberto de A. P. de Barros ²

Resumo: O termo biopolítica se tornou conhecido principalmente após Michel Foucault. Desde sua morte, são quase quarenta anos de ressignificações deste termo. A ideia central deste artigo é mostrar ao leitor alguns dos percursos dos quais o termo biopolítica tomou antes da recepção feita pelo filósofo francês, como as questões “organicista” e “politicista”, proposta por Thomas Lemke em seu livro *Biopolitics: an advanced introduction* (2011). A primeira parte do artigo tratará principalmente do caso de Rudolf Kjellén, cientista político sueco, considerado o primeiro a fazer uso do termo. A segunda parte mostrará como o termo tomou uma nova forma a partir das décadas de 1960 e 1970, quando fora interpretado sob moldes ecológicos e tecnocêntricos. A metodologia utilizada para a execução deste trabalho foi a consulta bibliográfica de livros e artigos. Por fim, irá se elucidar como o termo se desenvolveu em algumas obras de Foucault, bem como sua diferença para com as idéias anteriores, então, resultando na premissa de que Foucault não entende a biopolítica através dos moldes organicistas e politicistas.

Palavras-chave: Biopolítica; Poder; Organicismo; Politicismo.

Abstract: “Biopolitics” as a term, was largely used after Michel Foucault work’s. Almost forty years since his death, this term has been employed in many ways. The central idea of this article is to enlighten some of the paths that the term “biopolitics” bore before his work, such as “organicist” and “politician” proposed by Thomas Lemke in his book *Biopolitics: an advanced introduction* (2011). Initially this article will discuss the case of Rudolf Kjellén, a Swedish political scientist, who is considered the first to use this term. Secondly it will explain how the term took a new morphed between the 1960’s and 1970’s, when it was applied in ecological and technocentric approaches. The methodology used for the execution of this work was the bibliographical consultation of books and articles. At last, will be elucidated how the term was developed by Foucault’s works, as well as his thoughts about the term’s previous uses, thus, resulting in the premise that Foucault does not understand biopolitics through the organicist and politician molds.

Keywords: Biopolitics; Power; Organicism; Politicism.

1 - INTRODUÇÃO

A partir da junção de duas palavras de origem grega: “bio” (*bíos*, vida) e “política” (*politikos*, ou aquilo que é relativo à *polis*, ao cidadão, ao Estado), a biopolítica estampa, “em sua tez”,

¹ Mestrando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPA sob orientação do Prof. Dr. Roberto Barros. Bolsista CAPES. E-mail: felipesampaiodefreitas@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9071-0652>

² Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Pará. E-mail: robertobarr@gmx.net. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6142-450X>

facilmente sua coerência. Nos últimos anos ela fora costumeiramente relacionada às pesquisas de Michel Foucault (1926-1984) — que a utilizou em seus estudos por volta de meados dos anos setenta —, bem como, de outros intelectuais de diversas áreas, que se atribuíram dos estudos feitos por ele para reconfigurarem, ou mesmo se apropriarem do sentido da palavra, em seus devidos trabalhos. Foucault, então, acabou tornando-se um “cânone”³ quando o assunto é a biopolítica.

Os usos do termo biopolítica mostram sua variabilidade e tornam-na uma espécie de “chavão”, uma palavra de ordem, por transpassar os domínios de diversas áreas de saber: da problemática dos asilos políticos à AIDS e ao racismo; passando por questões ligadas ao apoio financeiro a produtos agrícolas, ou, à regulação do aborto, indo à biotecnologia ou à chamada bioeconomia. Pode estar sob a sombra ideológica de uma antiga direita, ou de uma nova esquerda — seja para defender uma tomada organizacional e democrática do Estado, ou, para ligá-la à práticas eugênicas. Mais ainda, e agora aderindo a um viés histórico que pergunta por sua emergência: a biopolítica advém da antiguidade? Ou, é fruto mesmo das inovações biotecnológicas de nossos tempos? Essas e outras questões tornam muito comum a presença desta palavra, ou melhor, deste conceito, em pesquisas científicas. (LEMKE, 2011: p. 1) De fato, na obra de Foucault, ela é constatada sob diversos matizes: seja para averiguar o estatuto da medicina (na conferência de 74); passando por temas como o da guerra e do racismo de Estado (no curso de 76); ou, para analisar o advento da circulação de bens e pessoas na cidade, bem como, de mecanismos de segurança (no curso de 78); e, ainda, para “radiografar” o advento do neoliberalismo (no curso de 79); a biopolítica recaiu sobre uma diversidade de quadros.

Essas aplicações tornam o chavão algo curioso, pois, divide opiniões, apesar de ser uma palavra de fácil aceção. “Toda política não lida com a vida?” Seria uma rápida pergunta que denotaria um campo bem delimitado (e cindido) de interesses. Uma boa comparação é dada por Lemke (2011, p. 2), quando este menciona que devemos entender esta disparidade como algo sugestivo, no qual este termo/conceito atua como uma espécie de *oxímoro* por abrigar, no seu âmago, a figura de dois moldes que se auto excluem, assim como se compreendem e se reforçam, quando são analisados de acordo com um determinado contexto. Desta mesma maneira, não se torna possível abarcar a biopolítica de forma “neutra”: os estudos a respeito das épocas consideradas “biopolíticas” sempre são seletivos e advém “de um campo teórico e político inconstante e conflitante”.

A biopolítica possui pelo menos cem anos. Sendo assim, ela não “surge do nada”, nos estudos de Foucault, em meados de 1970. Logo, é anterior a ele. Esta anterioridade remete a duas formas de polarização: uma ao redor da questão “organicista”, ou “naturalista” — que desloca a vida para a base da política —; e outra ao redor do eixo “politicista” — neologismo este que, ao contrário da última noção citada, afere a vida como objeto (ou subdisciplina) e não como base das relações políticas. (LEMKE, 2011, p. 3) Para uma melhor alusão:

Os primeiros constituem um grupo heterogêneo de teorias [...] O espectro vai de conceitos organicistas do estado, nas primeiras décadas do século XX, através de modos racistas de

³ Curiosamente isso é algo que, como todo pesquisador da obra de Foucault sabe, com certeza seria rechaçado pelo mesmo, não fosse por sua prematura morte, em 1984. Basta lembrarmos que Foucault sempre se colocara em um ângulo crítico quando o assunto era a teoria política, pois, sempre julgou não ser um teórico. Ao contrário de grandes nomes da filosofia política moderna, como Maquiavel (1469-1527) e Hobbes (1588-1679), propôs sempre uma “análise do poder” que, através da pesquisa genealógica, mostrava o lastro e a emergência de tais discursos. Não contrário a isto, o mesmo ocorre com a biopolítica em diversos momentos de sua obra.

raciocínio, durante o nacional-socialismo, para ideias biologistas na ciência política contemporânea. O antípoda politicista configura a biopolítica como um domínio de prática ou uma sub-disciplina da política, visando a regulação e direção dos processos de vida. (LEMKE, 2011, p. 3, *tradução nossa*)

Apesar de serem opostas, as noções tem pontos de vista que se entrecruzam: ambas tratam da vida junto aos processos políticos; resguardam-na ao redor de um sistema hierárquico de classificação, assim como tratam-na de maneira a alocá-la em uma posição “exterior” à política. Os *organicistas*, por exemplo, intuem a vida como se ela estivesse “abaixo” (no sentido de ordem) da política, dando vazão para o entendimento de que a mesma explique, organize e dirija os processos políticos. Os *politicistas*, por sua vez, optam por visualizar o ângulo em que a política se enquadra acima da vida, tornando notório que a política seja “mais do que a biologia ‘pura’, assim, indo além das necessidades da existência natural”. (LEMKE, 2011, p. 4)

Então, prosseguiremos com este texto analisando os dois momentos considerados “anteriores” a Foucault, a fim de que possamos dar alguns esclarecimentos a respeito. Procederemos, *à guisa de conclusão*, tratando a respeito da biopolítica em alguns momentos da obra de Michel Foucault, apresentando o necessário para que se explique no que o mesmo difere daquelas duas vertentes.

2 - O “ORGANICISMO” BIOPOLÍTICO

Inicialmente, o termo biopolítica apresentou-se dentro de um cenário teórico bastante “geral”. Doravante, retrazar os aspectos iniciais por onde a mesma emerge significa demonstrar o contexto histórico/filosófico em que a palavra *Erlebnis*⁴ (vivência) aparece no vocabulário alemão, e logo em seguida no francês, assim, ganhando status filosófico; pois, ela enseja bem o percurso temático do lastro biopolítico, já que impulsiona questões relativas à vida para temas filosóficos: o que queremos dizer é que a anterioridade do pensamento biopolítico, no âmbito geral da filosofia política, foi precedida por um movimento, uma mudança, no seio do pensamento filosófico ocidental. Por exemplo, atribui-se que a constelação teórico-filosófica da qual o termo provém está presente, principalmente, nas filosofias de Friedrich Nietzsche (1844-1900), Arthur Schopenhauer (1788-1860) e Henri Bergson (1859-1941). A palavra relacionava a vida a “sentimento”, “fato corpóreo”, “existência orgânica”, “instinto”, “intuição”, “experiência”, em detrimento daquilo que era “solidificado”, “abstrato”, “lógico” ou advindo de um “espírito sem alma”. (LEMKE, 2011, p. 9) Esta oposição não à toa representava uma dura crítica “a outra” filosofia também presente neste século: de cume metafísico, que instruía os indivíduos a raciocinar por meio do que é “totalizante” ou “universal”, assim, deixando de lado sentimentos, paixões, entre outras formas “mais empíricas” de vivência. Esta filosofia “universal” não exprimia de fato a relação “homem-mundo”, tampouco, o caráter

⁴ Foi basicamente em meados do século XIX que se deu a conjuntura propícia a esta palavra, que possuía três significações: 1) De uma vivência que relaciona de forma *imediata* à vida, não através de um legado, tradição, ou herança, e menos ainda, de algo “que se ouviu falar”; mas que seja sempre uma vivência de *Si*. 2) Aquilo que se vivencia de forma imediata deve ter significação para a vida; ou seja, deve ser atributo de uma “*significabilidade*” no contexto geral. 3) Seguindo a trilha das outras definições, *Erlebnis* ainda quer dizer a “impossibilidade de determinar racionalmente o conteúdo da vivência”. Requer, também, que seu pensamento seja operado pelo ponto de vista estético, traduzindo-se como uma crítica ao racionalismo kantiano da *Aufklärung*. Mais precisamente “o anseio por uma relação imediata entre o homem e o mundo, cuja linguagem fosse capaz de exprimir a abundância de sentimento dessa *Erlebnis* não permite o uso de meios racionais que expliquem tal conteúdo.” (cf. VIESENTEINER, 2013, p. 142, 143)

autobiográfico do filósofo, das técnicas e escritas de *Si. Já a Erlebnis* traduzia-se, por exemplo, em fazer com que o autor fosse um grande “confessor” nas suas obras, entre outros aspectos que afirmavam tal relação. (VIESENTEINER, 2013, p. 143, 144) Por que, então, isto é importante para entendermos o tema da biopolítica? Ora, devemos lembrar, de antemão, que a biopolítica está assentada sob um estatuto em que a vida aparece como personagem principal de uma trama que se desenvolve no seio das relações políticas. Entretanto, esta “vida” não está de maneira alguma alojada, pura e simplesmente, em termos conceituais e estéreis. É, de fato, da vida “vívda” que se discorre.

Este contexto o qual se encontra a chamada “filosofia de vida” (*Lebensphilosophie*), do século XIX, influenciou também outras áreas de pensamento, como a ciência política e o direito. Foi primeiramente com o cientista político sueco Rudolf Kjellén (1864-1922) — também responsável por ser um dos primeiros a cunhar o conceito “geopolítica”⁵ — que manifestou-se o uso do termo *biopolítica*. É notável: o primeiro termo é muito mais conhecido e comum do que o segundo que basicamente ficou retido ao âmbito acadêmico. A aplicação do termo biopolítica, feita por Kjellén, possuía um princípio “organicista” que atribuía à vida o lugar de “base” para a conceituação do Estado (como já visto). O cientista político afirma, por exemplo, que os Estados são como “criaturas superindividuais [...], que são tão reais quanto os indivíduos, apenas desproporcionalmente maiores e mais poderosos no curso de seu desenvolvimento”⁶ (KJELLÉN, 1920, s/p, *apud* LEMKE, 2011, p. 9, 10). A inteira influência do caráter “vital” para com a organização estatal, que poderia se traduzir também como uma “forma de vida” — em que os organismos vivos (classes e grupos) atuariam por meio de disputas — comporia o Estado em sua mais ampla caracterização. (LEMKE, 2011, p. 10)

É literalmente por meio de uma união (ou empréstimo) de elementos do campo biológico e social que habita o conceito cunhado por Kjellén. Diz ele: “Esta tensão característica da própria vida [...] levou-me a denominar tal disciplina *biopolítica*, por analogia com a ciência da vida, a biologia, [...]” (KJELLÉN, 1920, p. 93, 94, *apud* ESPOSITO, 2010, p. 33, 34). Consoleta-se, então, o conceito organicista, discutido agora, em sua mais ampla definição:

O conceito organicista entende o estado não como uma construção legal, cuja unidade e coerência é o resultado de atos individuais de livre arbítrio, mas como uma forma original de vida, que precede o individual e o coletivo, fornecendo a base institucional para suas atividades. A suposição básica é que todos os laços sociais, políticos e legais, repousam sobre um todo vivo, que incorpora o genuíno e o eterno, o saudável e o valioso. A referência à “vida” serve aqui tanto como um ponto de partida mítico, como uma diretriz normativa. Além disso, elude toda base racional ou tomada de decisão democrática. Nessa perspectiva, apenas uma política que se orienta para as leis biológicas, e as toma como diretriz, pode contar como legítima e proporcional à realidade. (LEMKE, 2011, p. 10, *tradução nossa*)⁷

⁵ Markus Gunneflo comenta que: “O conceito de geopolítica, mais do que qualquer outra coisa, deu a Kjellén um lugar na história das ciências sociais. Pois a geopolítica não só se tornou parte da *doxa* da ciência política, particularmente as relações internacionais, mas também é amplamente usada no discurso público sobre paz, guerra e assuntos internacionais em geral. Kjellén entende a geopolítica a partir de um estudo do estado como um fenômeno espacial, isto é, como território, reino ou império. Kjellén enfatiza que enquanto outras entidades – como a igreja, empresas ou sindicatos – podem exercer poderes significativos e até mesmo se expandir pelo mundo sem a conexão necessária com seu próprio território, não podem ganhar a forma e a estatura do Estado.” (cf. GUNNEFLO, 2015, p. 32)

⁶ “superindividual creatures [...], which are just as real as individuals, only disproportionately bigger and more powerful in the course of their development” (*tradução nossa*)

⁷ “The organicist concept understands the state not as a legal construction whose unity and coherence is the result of

Ocorre, como podemos ver, uma “inversão” na forma de se conceber o Estado. Assim, entende-se que não seria primeiramente sob vistas de noções jurídicas e legais que deveríamos entendê-lo e analisá-lo. O Estado não seria um conglomerado de indivíduos providos de liberdade e regidos por uma ética democrática, assentada em um código de leis. Como comenta Kjellén, insurgindo-se contra um viés que enxerga o Estado apenas sob olhares jurídico-liberais:

De fato, há uma abundância de casos em que o Estado se aproxima do indivíduo em palavras e ações, estendendo-se até o apoio financeiro: na habitação, na construção de estradas, na formação profissional, para mencionar apenas algumas tarefas na agenda do Estado moderno. Pode ser uma surpresa que o Estado mostre seu interesse pelo indivíduo mesmo sem qualquer conexão com a lei formal ou com a ordem legal. E isso não termina com o bem estar material dos indivíduos. Ao assumir a responsabilidade pela educação das pessoas em todos os níveis, o Estado também assume a responsabilidade pela cultura em um sentido amplo. De fato, toda a esfera cultural está logo ao seu alcance, longe da simples tarefa de manter a ordem legal. (KJELLÉN, 1919, p. 11, *apud* GUNNEFLO, 2015, p. 30, 31, *tradução nossa*)⁸

Metaforicamente, o Estado corresponderia a um todo orgânico que permitiria tal vivência e democracia; algo como um complexo vivo e harmonioso que desloca a comum análise do discurso jurídico-político estatal para um discurso “biologicista”.⁹ O Estado, em linhas gerais, “é semelhante a um organismo vivo que necessita crescer para existir” (RUIZ, 2012, p. 41)

Esta tomada organicista, em que se deu inicialmente as aplicações e usos do termo *biopolítica*, deu vazão, alguns anos após sua emergência, aos preceitos base do nacional-socialismo que, como sabemos, apoiados sob uma centralidade conservadora e anti-democrática, agia por intermédio de práticas eugênicas¹⁰ para constituição de uma “raça pura”. Essa seleção dos

individuals’ acts of free will but as an original form of life, which precedes individuals and collectives and provides the institutional foundation for their activities. The basic assumption is that all social, political, and legal bonds rest on a living whole, which embodies the genuine and the eternal, the healthy, and the valuable. The reference to “life” serves here both as a mythic starting point and as a normative guideline. Furthermore, it eludes every rational foundation or democratic decision-making. From this perspective, only a politics that orients itself toward biological laws and takes them as a guideline can count as legitimate and commensurate with reality”.

⁸ “In fact, there is an abundance of cases in which the state approaches the individual in word and deed, stretching all the way to financial support: in housing, the building of roads, vocational training, to mention but a few tasks on the agenda of the modern state. It might come as a surprise that the state shows its interest for the individual even without any connection whatsoever with formal law or the legal order. And this does not end with the material well being of individuals. By assuming responsibility for the education of the people at all levels, the state also assumes responsibility for culture in a broad sense. In fact, the entire cultural sphere is soon within its reach, a far stretch from the simple task of maintaining the legal order.”

⁹ Esposito comenta que, por exemplo, enquanto as teorias constitucionais de base liberal entendem o Estado como matriz produtora da livre escolha individual, Kjellén, por meio do organicismo, entende-o como uma “forma vivente” (*som linsform*, em sueco), esta que é possuidora de instintos e impulsos naturais. (cf. ESPOSITO, 2010, p. 33)

¹⁰ É importante tomarmos nota de que muitas ideias, sobre eugenia, implantadas na Alemanha nazista, tiveram como base leis eugênicas que eram realidade nos Estados Unidos, anteriormente ao advento do nazismo. Basicamente, desde o final do século XIX os norte-americanos puniam certos tipos de comportamentos sociais “anormais” por meio de ações médicas como, por exemplo: leis e interdições de casamentos entre doentes mentais, alcoólatras e pessoas com doenças venéreas (alegorizando: no Kansas, em 1855, fora implantada uma lei para castração de homens). Enumeram-se três fases principais para o entendimento da eugenia nos Estados Unidos: a primeira ocorreu entre 1870 e 1905, quando do eminente debate sobre hereditariedade que envolveu ilustres nomes da ciência norte-americana, como: Alexander Graham Bell e o médico higienista John Harvey Kellog. Bell, influenciado por ideias advindas do darwinismo, esteve profundamente voltado aos estudos da genealogia e dos chamados “pedigrees” humanos. Este fato é importante, todavia, tal fase de purificação social nos Estados Unidos não era prioritariamente de natureza étnica, ou, racial, mesmo se

organismos “mais puros” colocava em xeque aquilo que era passível de ser “excretado” do organismo vivo, com fins a efetuar sua manutenção. Desta forma, por duas vias principais agia a biopolítica do nacional-socialismo alemão: meio à fundação de um programa de higienização racial e de hereditariedade (*Erbbiologie*); combinando esses aspectos vitais à questões geopolíticas. (LEMKE, 2011, p. 12)

O nacional-socialismo incorporou duas macro formas de pensamento ao Estado: primeiramente, fez com que os indivíduos e coletividades se percebessem não simplesmente como grupos, mas pertencentes a “comunidades fechadas”, com uma herança genética em comum, fator esse que se complementava com a hierarquização da “qualidade biológica herdada”, sedimentação esta que justificava a desigualdade para com indivíduos alheios à “raça superior”. Secundariamente (e não menos surpreendente), estes atributos seriam usados para justificar os declínios, problemas e crises sociais que a Alemanha vivia na época. (LEMKE, 2011, p. 11) Excluía-se o que era impuro e caro ao “corpo social”, para que a raça superior permanecesse viva. Assim, implica a biopolítica em um termo mais obscuro e negativo (se pensarmos em alguns estudiosos que a instrumentalizam de maneira “afirmativa”¹¹): a tanatopolítica¹².

Mais do que seleção e exclusão, “regulamentação” ou “disciplinamento do comportamento reprodutivo”, a biopolítica, durante o nazismo, também atentava às “misturas raciais”, fator este que a relacionou com o conceito de geopolítica. Ora, enquanto a biopolítica dá conta de fatores hereditários que percorrem o tempo histórico para tornarem-se explícitos, a geopolítica lidaria com a dimensão territorial e espacial, de “proteção contra a ‘penetração de sangue estrangeiro’ e a preservação do ‘caráter racial’ do povo alemão”. A junção desses dois fatores foi preponderante para a expansão do Reich nazista, por unir uma política de eugenia racial com

tratando de uma reação ao grande número de imigrantes católicos, judeus, asiáticos, e, explicitamente aos negros, que, obviamente poderiam gerar o “suicídio da raça”, dado seu mútuo crescimento no território: as razões maiores eram “eliminar os indesejáveis do ponto de vista biológico, psicológico e social”. A segunda fase destas leis deu-se através de um cume notadamente institucional, durante um período em que houvera uma grande expansão destas investidas, entre 1905 e 1920. Fora marcada pelo intermédio de instituições como o “Escritório de Registros Eugênicos (ERO)”, dirigido pelo geneticista Charles Devenport e por seu superintendente Harry L. Laughlin, tornando-se uma referência mundial quando o assunto era o eugenismo. Entre os principais objetivos do “ERO” estavam ações como: “coleccionar os traços das famílias americanas; estudar a hereditariedade de tais traços; aconselhar pessoas saudáveis para escolher os ‘melhores’ parceiros, encorajando a reprodução dos talentos individuais”; e, assim, “prevenir a propagação dos ‘defeituosos’”. A terceira fase da eugenia norte-americana procedeu-se com sua queda, pois, já não mais havia prestígio pelas pesquisas e intervenções eugênicas. Entendia-se que era um assunto ultrapassado, devido os avanços e descobertas no campo da genética. Outro fator que contribuiu muito para este declínio fora a assessoria estado unidense – dada através de um projeto de esterilização aprovado em 1933, para a Alemanha que – com a explosão da Segunda Guerra Mundial, inevitavelmente acabou associando o termo, bem como sua prática, ao nazismo. Assim, muitas das instituições eugênicas americanas acabaram mudando de nome, sendo que algumas existem até os dias atuais. Desta maneira, vê-se como os Estados Unidos foram pioneiros e influentes no implante de leis eugênicas na legislação estatal. (cf. DIWAN, 2015, p. 51-63).

¹¹ “A biopolítica afirmativa é uma política orientada para a transformação em comunidade e justiça.” É o que explica a pesquisadora Vanessa Lemm a respeito da obra de Roberto Esposito que resgata, na filosofia de Nietzsche, uma experiência do “comum”, da “comunidade”, sem, no entanto, submeter o indivíduo ao todo comunitário, fator este que oblitera as particularidades e individualidades de cada sujeito – ressalta-se, é claro, que devem-se salvaguardar todas as questões polêmicas que podem se originar a respeito deste termo, qual seja, “comunidade”, em Nietzsche). (cf. LEMM, 2017, p. 31, 32)

¹² No arrolar histórico em que se deram as intervenções arianas do estado de exceção nazista, é frutífero pensar que a biopolítica, neste caso, não é acompanhada simplesmente por uma *guisa* de “inovação” racista, mas, um “prosseguimento”, uma “contiguidade”, um “alargamento” da própria lógica biopolítica encrustada no Estado-nação: a tanatopolítica, ou seja, a política da morte. O alvo é aquele sujeito que é mais fraco e custoso ao corpo social, visando manter o bom funcionamento do todo: o que Agamben chamará de *vida nua*, ou seja, a vida mais despida de adereços sociais, a vida reduzida à simples existência biológica, será uma vida “matável”. (cf. AGAMBEN, 2010: p. 119; RUIZ, 2011. p. 40)

a criação de um espaço vital (*Lebensraum*). (LEMKE, 2011, p. 11) Somaram-se, então, preocupações que iam da pureza da raça alemã à luta contra invasores, internos e externos, para a criação de um espaço propício ao seu desenvolvimento cultural, econômico e social.

A título de complementação, um dos ápices das noções biopolíticas organicistas se deu com as análises feitas pelo barão Jacob von Uexküll (1864-1944), em seu *Staatsbiologie: Anatomie, Physiologie, Pathologie des Staates* (1920), subtítulo que já indica uma óbvia noção que interliga o Estado ao corpo, paralela àquela feita por Kjellén, mas que agora, fala diretamente do Estado alemão. Como indica Esposito, utilizando uma passagem elucidativa da obra de Uexküll:

A saúde pública do corpo alemão está ameaçada por toda uma série de maleitas que, em referência evidente aos traumas revolucionários do tempo, são identificadas como o sindicalismo subversivo, a democracia eleitoral e o direito à greve — formações cancerosas aninhadas no tecido do Estado e que o levam à anarquia e à dissolução: “Como se nosso corpo fosse a maioria dessas células, especialmente as do cérebro, a decidir quais os impulsos a comunicar aos nervos”. (ESPOSITO, 2010, p. 35)

Seguindo este paradigma, que não está isento de um óbvio aparato racista, Uexküll entende que o corpo político está repleto de parasitas, que levam prejuízos aos demais. Obviamente, dever-se-iam, então, formar os “médicos do Estado”, ou, na mesma linha de pensamento, conferir ao Estado tal atribuição médica, com fins a erradicar uma dita ameaça que, como sabemos, desembocou nos preceitos higienistas já conhecidos por nós.

O organicismo é a pedra-de-toque quando o assunto em questão é a origem da biopolítica. Ela esteve associada primeiramente a uma linhagem que repensou o Estado e as diversas maneiras de interpretá-lo, reconfigurando a usual forma “jurídico-política” para um *modus* biológico, onde o mesmo seria tal como um corpo que necessita de cuidados. Desta maneira, influenciou as bases do nacional-socialismo alemão, que injetou nos meandros estatais um racismo de Estado contundente, pautado em estratégias e ações biopolíticas. A vida é, então, a base para as decisões políticas, esta última parte daquela, e, através da mesma, apresenta as problemáticas inerentes ao corpo-Estado.

3 - O “POLITICISMO” BIOPOLÍTICO

Em meados dos anos sessenta, já no início dos anos setenta, o mundo passou a preocupar-se cada vez mais com questões de nível ecológico, ambiental e de desenvolvimento sustentável. A exemplo, temos o *Relatório do Clube de Roma*, ou *Relatório Meadows*, cujo título ocasionou o livro *Os Limites do Crescimento* (1972)¹³. Famoso por ter membros ilustres (políticos, empresários de sucesso e celebridades), o *Clube de Roma* conseguiu recursos de diversas empresas (Volkswagen, Ford, Olivetti e outras) para que fossem contratados pesquisadores (precisamente do MIT, o Instituto Tecnológico de Massachussetts) que pudessem demonstrar o quão perigoso era não cuidar do crescimento econômico e populacional da época. Com isto, foram detectados dentre os maiores problemas: a industrialização acelerada, o crescimento demográfico, a escassez alimentar, o esgotamento de recursos não renováveis e a deterioração do meio ambiente. (OLIVEIRA, 2012, p. 77-81) Meio a este paradigma, a biopolítica passou a representar

¹³ MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. *The limits to growth & a report for The Club of Rome's project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books, 1972.

um esforço regulatório que buscava pela solução das crises ambientais ao nível global, uma nova investida sobre o desenvolvimento da humanidade junto às novas tomadas de ação política voltadas para a preservação do meio ambiente, onde, “nada menos que a vida no planeta e a sobrevivência da espécie humana estavam em jogo”. (LEMKE, 2011, p. 23, 24)

Outras obras também acompanharam este ritmo, como no caso de *Biopolitik zwischen Macht und Recht* (1978), de Dietrich Gunst e *Christian Biopolitics: A Credo and Strategy for the Future* (1971), de Kenneth Cauthen.¹⁴ Contudo, a década de setenta também foi promissora nos assuntos relacionados à genética (a primeira transferência de material genético foi feita em 1973, por exemplo); foi nela em que se inaugurou a técnica de isolamento e recombinação do código genético, impulsionando a medicina pré-natal, bem como, os métodos de fertilização artificial (deu-se, por exemplo, a potencialização da técnica *in vitro*, que já era uma realidade desde 1904).¹⁵ Pressupôs-se uma tênue e frágil barreira entre a vida e os mecanismos de criação da mesma, gerando novos questionamentos de níveis bioéticos. Questões inerentes às possibilidades e procedimentos passíveis de serem aceitos para execução, bem como suas condições para tal, além de quais pesquisas seriam apoiadas ou rejeitadas com subsídios públicos, tornaram-se reais. Temas que compuseram, de fato, um paradigma biopolítico: na medida em que se deu o acesso ao nosso código genético, tudo poderia ser possível e ser feito. Os limites entre o que é natural e artificial tornaram-se cada vez mais complicados de serem demarcados. Logo, veio à tona a questão: “só porque podemos, devemos?”. De todo modo, com os avanços científicos ao nível genético e celular, incluiu-se uma nova maneira de se definir os organismos vivos: não mais como “corpos independentes” e “delimitados”, mas como aglomerados constituídos por elementos “heterogêneos e permutáveis”, ou seja, um aglomerado de tecidos vivos, órgãos, material genético, etc. (LEMKE, 2011, p. 26, 27)

Estas questões marcaram os anos setenta e, obviamente, tornaram a vida o centro das questões e ações políticas. Refletindo sobre nossas proposições já mencionadas no início do texto, lembremos que, no *politicismo*, a vida é tomada não como base norteadora da política estatal, mas como objeto, ou, “subvertente”. Sendo, assim, a biopolítica uma espécie de “subdisciplina” para a política de modo geral. Se pensarmos pelo ponto de vista das investidas políticas ao nível técnico exploratório (no caso das pesquisas genéticas) e conservatório (no caso dos

¹⁴ A obra de Gunst é uma coletânea de seis volumes dos quais um é dedicado inteiramente à biopolítica. Nas palavras do autor, a mesma refere-se a “qualquer coisa relacionada à política de saúde e à regulamentação da população, juntamente com a proteção ambiental e questões relativas ao futuro da humanidade”. Fator que se corrobora com o momento preocupante em que o mundo vive, onde buscam-se maneiras de orientar a população para a escassez alimentar, poluição do ar e da água, desnutrição nos países mais pobres, etc. Assim, a conclusão de Gunst é de que esses problemas só seriam resolvidos na medida em que exista uma política voltada para a vida, devendo-se, para tal, alinhar as políticas econômicas ao nível local, regional, nacional e internacional com as “exigências biológicas”. No caso de Cauthen, seus escritos marcaram uma entrada da biopolítica meio a temas variados, dentre eles os religiosos. Em seu livro, o autor menciona que quando são excedidos os limites populacionais, na terra, emerge uma “sociedade planetária” que gera mudanças na consciência “global” devido tal desenvolvimento, sendo necessária uma permuta de idéias. Deste modo, A “‘biopolítica cristã’ consiste em desenvolver ‘uma perspectiva ético-religiosa centrada na vida e na busca do prazer em uma era tecnológica baseada na ciência. Este modelo ecológico requer uma compreensão orgânica da realidade. Tal entendimento interpreta o homem como uma unidade bioespíritual cuja vida é colocada dentro da natureza cósmica, assim como na história humana’” (cf. LEMKE, 2011, p. 23, 24).

¹⁵ Denominado por Mendel como “fator”, a descoberta do gene se deu inicialmente em 1909, anunciada por Wilhelm Johannsen, um biólogo dinamarquês. Em 1944 obteve-se a descoberta do DNA e menos de dez anos depois anunciou-se pesquisas que atestavam a estrutura “helicoidal dupla” do mesmo, assim, fundando-se a biologia molecular. Da descoberta do DNA até a possibilidade de recombinar o mesmo, levaram-se apenas vinte anos de pesquisa: “através do qual se tornou possível cortar e recolar a cadeia do DNA. Era o início da atual engenharia genética”. (cf. BARTH, 2005, p. 361).

ambientalistas), ambas propõem argumentos que tem como alvo a vida, e como ponto de partida as próprias ações políticas. Todavia, a partir das décadas de sessenta e setenta, o mundo experimentou novas camadas e contornos políticos a respeito deste assunto. Passou-se, por exemplo, a explorá-la muito mais ao nível genético, em detrimento a conservá-la em torno do meio ambiente, muito embora esta última noção não seja menos importante, e nem menos presente. Esta vertente *tecnocêntrica* — ou seja, aquela que é voltada ao uso exploratório da vida por meio de tecnologia de alto nível e custo — contida no exame politicista da biopolítica, acabou sucedendo as noções de preservação e conservação do meio ambiente:

[...] a versão ecológica da biopolítica foi enfraquecida até que finalmente se integrou à variante tecnocêntrica. Se à primeira atribuiu-se uma tarefa que tendia para o conservador e o defensivo, perseguindo o objetivo de preservar os fundamentos naturais da vida, esta última é mais dinâmica e produtivista, preocupada com a exploração desses fundamentos. (LEMKE, 2011, p. 28, *tradução nossa*)¹⁶

Por mais que sejam argumentos indissolúveis, histórica e sistematicamente, a preservação da vida através da estabilidade do meio ambiente, e sua recíproca adaptação junto ao meio social (que, no caso, implica na harmonia entre ser humano e natureza) fora ultrapassada pela noção de uso, exploração e transformação da mesma, através de métodos tecnocientíficos. De todo modo, isso não quer dizer que deva-se desprezar a preservação ambiental, mas sim, aproveitá-la através de métodos devidamente experimentados por meio da ciência. (LEMKE, 2011, p. 28)

Alguns autores tentaram unir estas duas noções biopolíticas, dentre eles está Volker Gerhardt que traz à luz a biopolítica como um amplo campo de ação que deva garantir “ecologicamente os fundamentos da vida”, bem como “o aumento biológico dos benefícios” da mesma, e a garantia médica de sua proteção e desenvolvimento. Uma tríplice junção que incorpora a exploração sustentável do meio em que vivemos e a defesa da vida. Invariavelmente ocorreu resistência e ceticismo ao redor de tais noções. Ressalta-se que, da Igreja aos marxistas, houveram (e ainda há) aqueles que atuam por meio da suspeita para com a biopolítica em geral. Estes acabam, assim, agindo de forma tecnofóbica. Mesmo que elucidativa, e sob certo ponto positiva, a biopolítica não pode ser tratada apenas como um objeto, ou parte de um todo orgânico, da política. Ela se encontra no eixo das decisões e ações, é seu cerne. A questão biopolítica põe em evidência a “topologia do político”, não devendo ser taxada como um subcampo de regulação e governabilidade dos processos vitais, mas, residindo na capacidade de trazer à luz dos olhos o que é contingente, que são as diferenças entre política, cultura e natureza, de um lado; as esferas moral e legal, do outro. (LEMKE, 2011, p. 29, 31)

4 - FOUCAULT

Não é de se negar que este termo, “biopolítica”, tenha se tornado famoso após Foucault. Como já dito, os estudos contemporâneos a respeito do assunto devem muito ao mesmo, assim, sendo o filósofo francês uma espécie de figura “pai” do termo. De fato, ele rompe com

¹⁶ “[...] he ecological version of biopolitics was weakened until ultimately it was integrated into the technocentric variant. If the former assigned itself a task that tended toward the conservative and defensive, pursuing the goal of preserving natural foundations of life, the latter is more dynamic and productivist, concerned with the exploitation of these foundations.”

as duas noções acima trabalhadas. Para o mesmo, não tanto como base orgânica, tampouco como mera subdisciplina, a *biopolítica* não está fora, hierarquicamente, da vida. Ela justamente enquadra a vida no centro das estratégias políticas, é o processo pelo qual a política moderna retorna à vida particular dos indivíduos. A mesma não é fruto de um processo contínuo e *a-histórico* pela busca de leis e mecanismos fundacionais, mas, resultante de uma *descontinuidade*¹⁷ histórica que torna-a uma forma específica de exercício do poder. (LEMKE, 2011, p. 33, 34) Tudo isto através de diversos saberes modernos, principalmente advindos do século XVIII, como a medicina social, a estatística, a economia política, entre outros. Assim, torna-se tenaz o entendimento de que Foucault trabalha, não com uma inteira precisão conceitual de biopolítica, pois a mesma muda de acordo com o mecanismo de poder-saber empreendido em seus estudos, mas, com “hipóteses” conceituais e analíticas. (AYUB, 2014, p. 56) Daremos alguns exemplo, aqui, de como a mesma apresenta-se na obra do filósofo, sem nos comprometermos em assegurar todo este itinerário, por se tratar de um longo caminho.

Na obra de Foucault, a biopolítica contrasta com uma outra forma, *anatômica*, de funcionamento do poder: a disciplina. Enquanto a biopolítica dá conta da massa populacional (sua gestão, organização e cuidado), a disciplina versa sobre o corpo individual (sua fabricação, normalização e disciplinamento). No entanto, ambas se entrecruzam, também, sob um outro ponto de vista: como massa viva, a população deve ser regulamentada em seus processos biológicos (saúde, natalidade, mortalidade, estimativa de vida, controle de enfermidades, etc.) e direcionada, por meio de dispositivos de segurança que são estipulados através do Estado sem, todavia, crermos que o mesmo seja um “corpo vivo”, mas sim, um agente atenuante neste processo. Imbuída à biopolítica, a disciplina age por meio de instituições como o hospital, a escola, o quartel, a polícia, entre outros, incidindo sobre o adestramento do corpo do indivíduo e da “alienação” de suas competências políticas. Em poucas palavras, quer-se mencionar que a mesma atua pela normalização e individualização do sujeito. Como Foucault mesmo menciona, não existe propriamente uma era em que ocorreu o exercício da disciplina, e assim, outra em que houvesse a predominância dos mecanismos de segurança e da biopolítica: “não há a era do legal, a era do disciplinar, a era da segurança”, o que existem são dominantes que se atualizam mais que outras, e se exercem numa medida maior em determinados momentos da história, “edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que

¹⁷ Este termo possui diversas nuances na filosofia do francês, em seus quase trinta anos de produção intelectual. Suas distinções são as seguintes: uma primeira se dá em torno de seus trabalhos sobre literatura, devido sua empatia com a obra de R. Roussel (1877-1933), ou Jules Verne (1828-1905), por exemplo, que o emprestam toda a riqueza e enigmática descoberta do que é “inacabado”, junto a uma “insatisfação” pelo que é unitário. A segunda gira em torno do eixo da história: Foucault buscava por descontinuidades — da mesma maneira como Georges Canguilhem (1904-1995) fazia entorno da história das ciências —, assim, aspirou a um método: os recortes epistêmicos, no qual o objeto seria a concepção da história como uma “genealogia das descontinuidades”, que são inteiramente suscetíveis durante o desenrolar do tempo. Esboça-se também uma terceira análise: a de sua proximidade com os historiadores da chamada Escola dos Anais (1929). Esta última modificou proficuamente a forma de se fazer história, seria uma “nova história”: a historiografia. A quarta, e última, resta, mais uma vez, a relevante influência do pensamento de Nietzsche sobre Foucault: ao filósofo alemão, o francês deve seu apego à importância das digressões, bifurcações, reviravoltas, acasos, dispersões, e, sobretudo, àquilo que era esquecido pela história, como os sentimentos, a alma. É um aspecto, sob certo ponto de vista, “efetivo”, nos liames da tempo histórico, pois, de fato, é difícil buscar descontinuidades apenas estando sob moldes discursivos, precisa-se, para isto, dos rastros “não-discursivos”. (cf. REVEL, 2011, p. 38-40). Como diz Foucault: “[...] a descontinuidade não é um vazio monótono e impensável entre os acontecimentos que deveríamos nos apressar em preencher (duas soluções perfeitamente simétricas) com a sombria plenitude de causa ou pelo ágil jogo do espírito; mas que ela é um jogo de transformações específicas, diferentes umas das outras (cada uma com suas condições, suas regras, seu nível) e ligadas entre elas segundo esquemas de dependência. A história é a análise descritiva e a teoria dessas transformações”. (cf. FOUCAULT, 1994a, p. 680)

vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar”. (FOUCAULT, 1994b, p. 193; 2008, p. 11; 1975, p. 219-221)

Neste caso, então, a biopolítica não teria nada a ver com a crise ecológica, questões ambientais, ou a procura por um liame orgânico, prioritariamente: pela primeira vez a existência biológica se refletiu na política, com as pesquisas feitas por Foucault. Um grande exemplo disso é a própria forma como esta palavra emerge pela primeira vez na conferência de 1974, intitulada *O Nascimento da Medicina Social*. Abordando brevemente: em seu texto, Foucault analisa a emergência da medicina social alguns Estados-nação modernos da Europa. Enquanto a Inglaterra e a França, por exemplo, ainda se encontravam “acomodadas” sob os modelos de soberania (oriundos de épocas anteriores ao século XVIII), na Alemanha, que até então não era unificada, deu-se um novo modelo de organização territorial e estatal, pautado no desenvolvimento de uma ciência de Estado (*Staatswissenschaft*) que desenvolveu uma prática médica voltada principalmente à “melhoria do nível de saúde da população”, através de diversos métodos, dentre eles: uma sistematização mais completa de observação da morbidade populacional; a normalização das práticas e saberes médicos; bem como, das atividades dos mesmos; a criação de funcionários que dariam conta de áreas específicas de regiões, e sucessivamente, de formas menores de organização estatal como cidades, vilas, etc. Isto tudo rompeu com a noção de uma medicina individualista, ou seja, aquela que se incube apenas do paciente e de sua enfermidade específica, e, assim, ocasionou a noção de “medicina social”, logo, aquela que “tem por *background* certa tecnologia do corpo social”, não excluindo, é claro, a relação médico-paciente, mas, mudando o foco sobre a mesma, ora, para a sociedade como um todo, pensando na espécie humana e a gestão da vida. A medicina, então, “é uma estratégia biopolítica”. (FOUCAULT, 2015, p. 143-152)

Alguns anos após esta conferência, no curso *É preciso defender a sociedade*, de 1976, Foucault analisa o advento da biopolítica, sob o eixo do racismo de Estado. No entanto, segue em uma discussão diferente daquela vista por nós nos moldes organicistas. Os traços iniciais que emergem nesta análise são muito caros às nossas intenções. Foucault afirma:

Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que poderia se denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico. (FOUCAULT, 1997, p. 213; Ed. Br. 2010, p. 201)

Apesar de ser presente, como na discussão organicista, o estatuto do biológico não é de fato predecessor a todos os processos estatais, não os dirige. Muito além disso, ele se enquadra em uma união, ou um reflexo, a partir da tomada da vida biológica, pelo Estado. Consequentemente, a biopolítica apresenta-se como uma nova noção de poder, que difere ao poder soberano, este último que consagra-se na possibilidade — diríamos necessária — de subtrair a vida de seus assujeitados. Isso nos leva a crer que trata-se, então, de uma nova interpelação: o soberano *faz morrer* ou *deixa viver*, a biopolítica se configura na medida em que *faz viver* e *deixa morrer*. Mudança sutil, mas que compromete toda a forma de se enxergar os mecanismos e relações de poder do século XIX em diante. Este *laissez-faire* biopolítico atua basicamente no eixo da população: “a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema biológico e como problema de poder [...]” (FOUCAULT, 1997, p. 219; Ed. Br. 2010, p. 206); ainda, promove a mesma, dá a ela condições de viver mais, através dos dispositivos de poder-

saber, a exemplo da estatística e da medicina, como já mencionados. Retendo-nos, então, novamente à noção de racismo, desta vez não mais nos moldes organicistas, ficaria a questão: como um poder que faz viver também tem a capacidade de extermínio? É aí, que segundo Foucault, emerge a problemática do racismo. Há muito tempo encrustado nos meandros do Estado, sua emergência se deu com o nascimento deste *biopoder*¹⁸ que implica no seu funcionamento moderno. Esse racismo quer dizer aquilo que deve viver, em detrimento do que deve falecer: a preponderância de um grupo ou raça à outra. Ele assegura a função de matar presente na economia do biopoder. Foucault ilustra tais características também com o advento do nazismo:

[...] é uma sociedade que generalizou absolutamente o biopoder, mas que generalizou, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar [...] o Estado nazista tornou absolutamente coextensivos o campo de uma vida que ele organiza, protege, garante, cultiva biologicamente, e, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar quem quer que seja – não só os outros, mas os seus próprios. [...] Temos um Estado absolutamente racista, um Estado absolutamente assassino e um Estado absolutamente suicida. (FOUCAULT, 1997, p. 232; Ed. Br. 2010, p. 219)

Não um corpo orgânico que excreta aquilo lhe compromete, mas um complexo mecanismo composto por diversas engrenagens que modificam-se com a presença deste biopoder moderno. Assim, basicamente, se deu a noção de biopolítica no final do curso de 76.

5 - CONCLUSÃO

Logo, *à guisa de conclusão*, vê-se não a incorporação de uma noção da vida como base orgânica para um Estado tão vital, ou “humano”, quanto. Tampouco a ideia de vida como um subnível para a política. Mas, um processo em que a vida está no eixo ou epicentro das relações de poder e que, ao mesmo tempo, modifica e transforma tais relações, pelo seu cerne. Lembremos que a noção de *poder*, em Foucault, bem como as derivadas dele (biopoder, biopolítica, governamentalidade, por exemplo), estão em intrínseca união com a formação e criação de saberes específicos, de inúmeras qualidades. O exemplo mais vívido visto até agora foi a formação desta medicina social e sua preponderância sobre toda a política organizacional, e de gestão de saúde, do Estado Alemão; bem como seu lado sombrio, a do racismo de Estado, no nacional-socialismo. Ora, a medicina como uma ciência moderna, nada mais seria que produto dessa ambivalência entre poder e saber: a mesma potencializa relações de força e tensão entre os indivíduos, bem como cria novas formas de saber científico. E, não menos importante, o racismo de Estado emergiu como um influenciador, por exemplo, das práticas eugênicas que também eram respaldadas por saberes científicos, dentre eles a genética.

De fato, há aparentes proximidades entre as noções visitadas neste pequeno texto, todas contribuem muito para a explicitação do termo. Mas é com Foucault que emerge, talvez, sua solidificação: por meio de suas irreverentes jornadas de pesquisa, deu-se sua “conceituação” máxima, mesmo que isso queira dizer o rompimento com a máxima foucaultiana de “não criar teorias”. Cabe ao pesquisador mapeá-las e entendê-las uma a uma, bem como de suas noções sucessoras, sempre salvaguardando suas problematizações e diferenças. O que traçamos aqui

¹⁸ Termo usado várias vezes por Foucault que, no entanto, não entrega uma definição específica em relação à biopolítica, fator este que o leva, assim, a denotá-lo de maneira igual à mesma.

fora apenas o roteiro preliminar de uma película que não cessa de ser rodada e readaptada.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Trad.: Henrique Burigo. BH: Editora UFMG. 2010.
- AYUB, João Paulo. **Introdução à analítica do poder de Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios. 2014.
- BARTH, Wilmar Luiz. “Engenharia genética e bioética”. In Revista **Teocomunicação**, v. 35, n. 149, 2005.
- DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto. 2015.
- ESPOSITO, Roberto. **Bios – Biopolítica e Filosofia**. Trad.: M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70. 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976)**. Paris: Éditions Gallimard & Éditions du Seuil. 1997.
- _____. **Dits et Écrits. v. I**. Paris: Gallimard. 1994a.
- _____. **Dits et Écrits. v. IV**. Paris: Gallimard. 1994b.
- _____. **Em defesa da Sociedade: curso dado ao Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2010.
- _____. **Microfísica do Poder**. RJ: Paz & Terra. 2015.
- _____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes. 2008.
- _____. **Surveiller et Punir: naissance de la prison**. Paris: Éditions Gallimard. 1975.
- GUNNEFLO, Markus. “Rudolf Kjellén: Nordic Biopolitics Before the Welfare State” in **Reftaerd Årgang**. Vol. 35, Iss. 3, 2015.
- KJELLÉN, Rudolf. **Grundriss zu einem System der Politik**. Leipzig: S. Hirzel Verlag. 1920.
- _____. **Staten som Livsform**. Stockholm: Hugo Gebers Förlag. 1916.
- LEMKE, Thomas. **Biopolitics: An Advanced Introduction**. Trans: Eric F. Trump. New York and London: New York University Press. 2011.
- LEMM, Vanessa, “Uma política de vida ao invés de uma política sobre a vida. A biopolítica afirmativa de Nietzsche.” In **Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU Online**. nº 513, Ano XVII, 16/10/2017. ISSN: 1981-8793.
- MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **The limits to growth & a report for The Club of Rome’s project on the predicament of mankind**. New York: Universe Books, 1972.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de. “Os ‘Limites do Crescimento’ 40 anos depois: das ‘Profecias do Apocalipse Ambiental’ ao ‘Futuro Comum Ecologicamente Sustentável’” in **Revista Continentes (UFRRJ)**, ano 1, n. 1, 2012.
- REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Trad.: Anderson A. da Silva. RJ: Forense Universitária. 2011.
- RUIZ, Castor Bartolomé. “Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica”. in **Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU Online**. nº 386, Ano 2012, 19 de Março de 2012. ISSN: 1981-8469.
- _____. “O campo como paradigma biopolítico moderno”. In **Revista do Instituto**

Humanitas Unisinos – IHU Online. nº 372, Ano XI, 05 de Setembro de 2011. ISSN: 1981-8769.

VIESENTEINER, Jorge Luiz. “O conceito de vivência Erlebnis em Nietzsche: gênese, significado e recepção.” In. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, p. 141-155, Junho 2013.